



ECONOMIA INVISÍVEL E SUSTENTABILIDADE FAMILIAR: A GESTÃO FINANCEIRA DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NO CONTEXTO URBANO ANGOLANO

INVISIBLE ECONOMY AND FAMILY SUSTAINABILITY: THE FINANCIAL MANAGEMENT OF DOMESTIC WORKERS IN THE ANGOLAN URBAN CONTEXT

Avís Gelson Ngueve Miguel^{1*} ; Teresa João Mateus Hermenegildo² 

¹ Instituto Superior Politécnico Evangélico do Lubango - ISPEL. Huíla-Angola. * E-mail: avismiguell@gmail.com

² Universidade Mandume Ya Ndemufayo. Huíla-Angola.

RESUMO

O presente artigo aborda a temática Economia Invisível e Sustentabilidade Familiar: A Gestão Financeira das Empregadas Domésticas no Contexto Urbano Angolano. A pergunta de partida orientadora foi: Como as empregadas domésticas, actuando na economia informal urbana angolana, gerem as suas finanças e de que modo essas práticas contribuem para a sustentabilidade económica e social das suas famílias? O objectivo geral consistiu em analisar a gestão financeira e a sustentabilidade familiar das empregadas domésticas. A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, envolveu uma população composta por empregadas domésticas angolanas e uma amostra de 60 participantes, seleccionadas por amostragem probabilística aleatória simples. Os resultados evidenciaram que 95% das inquiridas planeiam o uso do dinheiro, 91,66% realizam algum tipo de poupança e 65% são as principais responsáveis pelas despesas familiares. As duas hipóteses formuladas foram validadas, confirmando que essas mulheres desenvolvem práticas financeiras

ABSTRACT

This article addresses the theme “Invisible Economy and Family Sustainability: The Financial Management of Domestic Workers in the Urban Angolan Context.” The guiding research question was: How do domestic workers, operating within the urban informal economy in Angola, manage their finances, and how do these practices contribute to the economic and social sustainability of their families? The main objective was to analyze the financial management and family sustainability of domestic workers. The research, quantitative and descriptive in nature, involved a population composed of Angolan domestic workers and a sample of 60 participants, selected through simple random probabilistic sampling. The findings revealed that 95% of respondents plan their monthly spending, 91.66% engage in some form of saving, and 65% are the main financial providers in their households. The two hypotheses formulated were validated, confirming that these women develop



adaptadas à sua realidade e que estas contribuem parcialmente para a sustentabilidade das suas famílias. Conclui-se que a economia invisível, sustentada por essas trabalhadoras, representa um pilar essencial e silencioso da sustentabilidade social urbana em Angola.

Palavras-chave: economia invisível; gestão financeira; empregadas domésticas; sustentabilidade familiar; Angola.

financial practices adapted to their socio-economic conditions and that such practices partially contribute to their families' sustainability. It is concluded that the invisible economy, sustained by these workers, represents an essential and silent pillar of urban social sustainability in Angola.

Keywords: invisible economy; financial management; domestic workers; family sustainability; Angola.

Introdução

Em contextos urbanos contemporâneos, a economia invisível, composta por trabalho informal, não regulado, com pouca ou nenhuma protecção social, emerge como elemento estrutural das dinâmicas de reprodução social e económica. De acordo com *International Labour Organization* (ILO, 2024), o trabalho doméstico remunerado e não remunerado figura como peça central desse universo invisível, sustentando lares, comunidades e, em última instância, os sistemas urbanos como um todo. Segundo Warin *et al.* (2024), a economia do cuidado, que inclui o trabalho doméstico, está imbricada com desigualdades económicas, de género e de raça, sendo frequentemente desvalorizada ou marginalizada nos discursos políticos e académicos.

De uma perspectiva internacional, Mahon (2024, p.28), argumenta que o conceito de “*care economy*” tem-se expandido como projecto feminista multinível, especialmente na América Latina e Caribe, mas com relevância crescente para outras regiões do Sul Global. Este impulso teórico evidencia que práticas como a gestão financeira doméstica e familiar não são apenas decisões individuais, mas respostas a contextos estruturais de instabilidade, desigualdade e ausência de regulação.

Transpondo para Angola, os indicadores apontam para desafios significativos no que se refere à literacia financeira, inclusão financeira e desigualdade de género no trabalho doméstico. De acordo com um inquérito do Instituto Nacional de Estatística (INE), apenas (24,7%) dos angolanos dominam conceitos básicos de literacia financeira,



este nível é mais elevado nas zonas urbanas (62,2%) e entre as mulheres (55,1%) (INE, 2023). Também se estima que cerca de (32%) da população adulta possui conta bancária, dimensionando a margem com que muitos angolanos permanecem fora do sistema financeiro formal.

Além disso, o Relatório sobre o Uso do Tempo em Angola revela que mulheres com 15 anos ou mais dedicam, em média, 5 horas e 8 minutos por dia a trabalho doméstico não remunerado ou cuidados a dependentes, comparados com 2 horas e 12 minutos dos homens (INE, 2023). Esse desequilíbrio evidencia não só uma divisão de género de trabalho doméstico, mas também pressões sobre o tempo disponível para outras actividades, como lazer, formação ou mesmo gestão pessoal da saúde financeira.

A escolha deste tema emerge da necessidade ética e científica de dar visibilidade a um segmento laboral historicamente silenciado, mas essencial à sustentação das economias urbanas angolanas: as empregadas domésticas. Num país onde a informalidade atinge dimensões estruturais e a literacia financeira permanece restrita, compreender como estas mulheres, muitas vezes chefes de família, constroem estratégias de sobrevivência e de futuro é iluminar uma dimensão da economia que pulsa fora dos bancos, das estatísticas e das políticas públicas. Este olhar não apenas contribui para a ampliação do conhecimento científico sobre a economia doméstica e o trabalho informal, mas também reafirma a urgência de políticas inclusivas que reconheçam a dignidade e o valor económico do cuidado e da manutenção da vida.

Assim, para delimitar o estudo, elegeu-se a seguinte pergunta de partida: Como as empregadas domésticas, actuando na economia informal urbana angolana, gerem as suas finanças e de que modo essas práticas contribuem para a sustentabilidade económica e social das suas famílias?

Hipóteses:

1. As empregadas domésticas desenvolvem práticas informais e criativas de gestão financeira que garantem a sustentabilidade básica das suas famílias, mesmo em contextos de instabilidade económica.

2. A ausência de literacia financeira formal e de acesso a serviços bancários limita a capacidade de poupança e investimento das empregadas domésticas, perpetuando a sua vulnerabilidade económica.

Objectivo Geral: Analisar as práticas de gestão financeira das empregadas domésticas no contexto urbano angolano, compreendendo como essas estratégias influenciam a sustentabilidade económica e social das suas famílias.

Objectivos Específicos: Identificar os principais métodos e instrumentos utilizados pelas empregadas domésticas na administração dos seus rendimentos familiares; Avaliar a relação entre literacia financeira, acesso a serviços formais e estabilidade económica no quotidiano das trabalhadoras domésticas.

Fundamentação teórica

A Economia Invisível: Conceitos, Dimensões e Desafios Contemporâneos

A economia invisível é um dos paradoxos mais marcantes das sociedades contemporâneas, é a base que sustenta o quotidiano de milhões, mas raramente aparece nas estatísticas ou nas decisões políticas. Hart (1973) foi um dos primeiros a nomear esta realidade, ao observar que grande parte das actividades económicas nas cidades africanas se desenvolvia fora das estruturas formais, sustentada por redes de solidariedade, reciprocidade e sobrevivência. Para De Soto (1989), esse universo informal não representa desordem, mas antes a expressão de uma racionalidade económica própria, nascida da criatividade e da necessidade. Assim, a economia invisível não é um vestígio da pobreza, mas uma forma viva de organização social.

Contudo, a expansão dessa informalidade não pode ser compreendida sem reconhecer as desigualdades que a atravessam. Estudos recentes mostram que a informalidade é tanto um espaço de resistência quanto de exclusão, um reflexo directo da fragilidade das instituições laborais e da ausência de políticas inclusivas (Chen, 2022; Portes & Haller, 2023). A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2024), estima que mais de (60%) da força laboral mundial trabalha em condições informais, número que, em



África, ultrapassa (80%). Este dado revela que, para a maioria das populações urbanas africanas, a informalidade não é excepção, mas norma.

Em Angola, essa realidade adquire contornos particulares. De acordo com (INE, 2023), a economia informal representa cerca de (80%) do emprego nacional, e grande parte dessa força laboral é feminina. Mulheres que limpam, cozinham, vendem, cuidam e, sobretudo, sustentam famílias inteiras com rendimentos incertos, mas com uma disciplina económica admirável. Tvedten (2019), observa que, em contextos africanos urbanos, a informalidade é menos uma escolha e mais uma consequência, uma resposta à ausência de alternativas formais e à necessidade de garantir o básico da existência.

A economia invisível, portanto, deve ser lida não apenas como ausência, mas como presença criativa, um espaço onde a precariedade convive com a dignidade, e onde o trabalho invisível, frequentemente feminino, sustenta a vida visível da cidade. Como lembra Fraser (2016, p.19), o capitalismo moderno apoia-se na “infra-estrutura do cuidado” que ele próprio tende a desvalorizar; e, segundo Federici (2020), o trabalho invisível das mulheres constitui o alicerce silencioso sobre o qual repousa toda a produção social. Em Angola, compreender essa economia é reconhecer a inteligência económica das margens, a arte de transformar a escassez em sobrevivência, e a invisibilidade em resistência.

Trabalho Doméstico: Género, Invisibilidade e Reconhecimento Social

O trabalho doméstico é, talvez, uma das expressões mais silenciosas e persistentes das desigualdades sociais e de género. Ele acontece atrás das portas das casas, no ritmo íntimo da vida quotidiana, onde mãos anónimas cozinham, limpam, cuidam e organizam o que permite que o mundo funcione. Como observa Anderson (2021, p.31), “a casa é também um local de produção”, embora a sua economia seja frequentemente invisível porque se confunde com o afecto e o dever. Nessa fusão entre o amor e a necessidade, o trabalho das mulheres torna-se estrutural e, ao mesmo tempo, desvalorizado.

Historicamente, a naturalização das tarefas domésticas como uma vocação feminina serviu para perpetuar uma das formas mais eficazes de invisibilidade social. Federici (2020), argumenta que essa romantização do cuidado foi uma estratégia de poder, através

da qual o capitalismo consolidou uma forma gratuita de reprodução social. Em outras palavras, as mulheres foram colocadas no coração da economia, mas fora das suas estatísticas. Tronto (2017), acrescenta que cuidar é, antes de tudo, um ato político, pois define quem tem valor e quem o concede. Assim, o trabalho doméstico é um campo onde se manifestam, de maneira íntima, as tensões entre o poder, o afecto e a sobrevivência.

No contexto angolano, essas tensões ganham contornos históricos e culturais próprios. Tvedten e Lázaro (2018), apontam que o trabalho doméstico urbano em Angola ainda carrega resquícios de hierarquias coloniais, reproduzidas nas relações entre empregadores e empregadas, relações marcadas pela distância social e pela assimetria de reconhecimento. No entanto, estas mulheres não se definem apenas pela subordinação, nelas reside também uma força silenciosa e inventiva. Entre a escassez e a dignidade, constroem estratégias de autonomia, redes de apoio e práticas de solidariedade que lhes permitem resistir às instabilidades do quotidiano urbano.

Como sublinha Hooks (2019), a emancipação feminina não se cumpre apenas na entrada das mulheres no mercado formal, mas no reconhecimento do valor essencial do cuidado e da manutenção da vida. Em Angola, como em grande parte do mundo, o trabalho doméstico é uma ponte invisível que liga o privado ao público, o íntimo ao económico. Ele é, ao mesmo tempo, um ato de sobrevivência e uma forma de amor; um labor que sustenta o visível enquanto permanece nas sombras. Dar-lhe visibilidade é um gesto político e ético: é reconhecer que sem esse trabalho, nenhum outro trabalho seria possível.

Literacia Financeira e Gestão Familiar em Contextos de Vulnerabilidade

A literacia financeira, mais do que um conjunto de conhecimentos técnicos, é uma forma de emancipação. Saber gerir o dinheiro, poupar, planear e decidir economicamente é, em muitos contextos, o que separa a sobrevivência da insegurança. Lusardi e Mitchell (2022, p. 23), afirmam que “a literacia financeira constitui um capital silencioso, que permite às famílias resistirem aos choques económicos e planearem o futuro com dignidade”. Contudo, essa competência não se distribui de forma equitativa, ela é atravessada por desigualdades de género, classe e escolaridade, que definem quem pode compreender e participar no sistema financeiro formal.



Em Angola, a questão adquire contornos urgentes. Segundo o INE (2023), apenas (24,7%) da população domina conceitos básicos de literacia financeira, sendo as mulheres as mais afectadas por essa exclusão. Esta fragilidade reflecte não apenas a carência de formação formal, mas também o distanciamento cultural e geográfico dos instrumentos financeiros. O Banco Nacional de Angola (BNA, 2024), reconhece que cerca de metade da população adulta permanece fora do sistema bancário, dependente de práticas informais de poupança e crédito. Essas formas alternativas, como as *kixikilas* e as associações comunitárias de ajuda mútua, são mais do que mecanismos económicos, são expressões de confiança e solidariedade que substituem, com engenho, a ausência do Estado.

Segundo Portes e Haller (2023), as empregadas domésticas urbanas, em particular, constroem uma racionalidade financeira própria. Com rendimentos instáveis e responsabilidades familiares elevadas, elas transformam a gestão do pouco em arte. Como observa Chen (2022), nas economias informais, as decisões financeiras não seguem necessariamente os modelos racionais da economia clássica são antes guiadas por redes sociais, afectos e compromissos colectivos. Nessa lógica, poupar não é apenas acumular, mas assegurar reciprocidade, investir em relações que garantem apoio em momentos de crise.

A literacia financeira, portanto, não se mede apenas em números ou percentagens, mas na capacidade de transformar o quotidiano em campo de decisão e autonomia. Em contextos de vulnerabilidade, gerir as finanças é também gerir a esperança, equilibrar o que se tem com o que se deseja, sem perder a dignidade. Como sublinham Portes e Haller (2023), a verdadeira liberdade económica reside na possibilidade de escolha, e é precisamente essa liberdade que a literacia financeira pode oferecer às mulheres que, com o seu trabalho invisível, sustentam famílias inteiras.

Sustentabilidade Familiar e Resiliência Económica

A sustentabilidade familiar, entendida como a capacidade de manter a vida em equilíbrio diante das incertezas económicas e sociais, transcende os limites da economia formal. Trata-se de um conceito que une o material e o simbólico, o pão e o afecto, a renda e a esperança. Como lembra Sachs (2015, p. 22), a sustentabilidade é “um modo de habitar o tempo”, em que as famílias aprendem a projectar o futuro sem esgotar o presente. Nesse

sentido, as famílias angolanas, especialmente aquelas sustentadas por mulheres que atuam na economia informal, demonstram uma resiliência silenciosa que desafia os paradigmas tradicionais do desenvolvimento.

Essa resiliência manifesta-se nas pequenas estratégias do quotidiano, o reaproveitamento de recursos, a partilha entre vizinhos, a diversificação das fontes de rendimento e a gestão prudente de cada kwanza. Tvedten (2019), observa que, em Luanda e noutras cidades angolanas, as famílias de baixa renda constroem microeconomias de sobrevivência baseadas em redes de confiança, onde a reciprocidade substitui o crédito e o afecto serve como moeda social. Estas práticas configuram uma forma alternativa de sustentabilidade - menos dependente de instituições formais e mais ancorada na solidariedade e na criatividade colectiva.

A sustentabilidade familiar, neste contexto, é inseparável da dimensão de género. Estudos recentes apontam que as mulheres, sobretudo as chefes de família, assumem papéis centrais na estabilidade doméstica e comunitária (Silva, 2023). Elas gerem orçamentos apertados, planificam gastos, priorizam a educação dos filhos e garantem o alimento diário, tudo isso num cenário de precariedade estrutural. Contudo, essas acções, muitas vezes desvalorizadas no discurso económico dominante, representam um contributo essencial para a economia nacional. Fraser (2016, p.17), chama a esse fenómeno “a economia do cuidado invisível”, que sustenta o tecido social mesmo quando não é reconhecida pelo mercado.

A resiliência económica das famílias angolanas, portanto, não é um acaso, é uma prática aprendida, transmitida e reinventada. É a capacidade de continuar mesmo quando as estruturas falham, um exercício de imaginação e força. Essa sustentabilidade não se reduz à capacidade de consumo ou de poupança, mas à habilidade de reconstruir o quotidiano a partir da escassez, mantendo o sentido de pertencimento e de esperança. Como propõe Morin (2020), a verdadeira sustentabilidade é a arte de ligar o que está separado, integrar o económico, o social e o emocional numa ecologia de vida que permita florescer, mesmo em meio à adversidade.



Perspectivas Teóricas sobre Economia Invisível e Sustentabilidade

Compreender a economia invisível e a sustentabilidade familiar no contexto urbano angolano implica ir além das fronteiras convencionais da economia e reconhecer que o valor não se mede apenas em números, mas também em relações humanas, afectos e resistências silenciosas. A economia, quando vista apenas como cálculo, esquece-se de que é antes de tudo um modo de organizar a vida. Hart (1973), foi pioneiro ao propor essa viragem epistemológica, ao demonstrar que, nas sociedades africanas, o trabalho informal não representa desordem, mas uma racionalidade própria, profundamente enraizada nas redes de solidariedade e sobrevivência. O que é invisível, portanto, não é marginal, mas essencial.

No mundo contemporâneo, marcado pela instabilidade e pela desigualdade, a economia informal tornou-se um espaço vital de reinvenção. Chen (2022) e Portes e Haller (2023), reconhecem que o trabalho informal não é uma falha do sistema, mas parte integrante dele, um mecanismo de adaptação e resistência que permite às populações sobreviverem onde o Estado e o mercado não chegam. Em Angola, essa realidade ganha um rosto feminino, o das mulheres que, com rendimentos incertos, sustentam famílias inteiras. Como observa Silva (2023, p.14), a informalidade urbana angolana é uma “zona de intersecção entre exclusão e engenho”, onde o quotidiano é governado por saberes que a economia formal ignora, mas sem os quais o tecido social se desintegraria.

A teoria feminista do cuidado aprofunda essa compreensão ao revelar o elo invisível entre economia e afecto. Fraser (2016), argumenta que o capitalismo depende de uma infra-estrutura do cuidado que ele próprio tende a desvalorizar, enquanto Federici (2020), denuncia a forma como o trabalho reprodutivo feminino, essencial à vida, é sistematicamente silenciado e naturalizado. Nesse sentido, a sustentabilidade familiar das mulheres angolanas é também uma forma de resistência política: cada refeição preparada, cada orçamento feito, cada kixinha organizada é um gesto de reconstrução do mundo, ainda que sem reconhecimento formal.

A sustentabilidade, por sua vez, não se resume à dimensão ecológica ou económica, é uma ética da continuidade da vida. Sachs (2015), propõe que o desenvolvimento sustentável é aquele que une justiça social, equidade e esperança, um modo de estar no

tempo que não destrói o amanhã. Morin (2020), amplia esta visão ao afirmar que a sustentabilidade requer uma ecologia da existência, onde o económico se entrelaça com o espiritual e o comunitário. Em Angola, essa ecologia é vivida no dia-a-dia das famílias que, entre o imprevisto e a esperança, constroem a sua própria lógica de sobrevivência e dignidade.

Assim, as perspectivas teóricas que iluminam esta investigação convergem num ponto essencial, é preciso devolver humanidade à economia. A economia invisível não é uma margem, é o centro oculto onde se sustenta o visível. A sustentabilidade familiar, por sua vez, não é apenas permanência, mas reinvenção, a arte de transformar a escassez em sentido, o quotidiano em esperança. Reconhecer isso é reconhecer, também, a inteligência social das mulheres angolanas que, com trabalho, cuidado e imaginação, sustentam o invisível que move o país.

Metodologia

Os procedimentos técnicos utilizados neste artigo foram a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Segundo Dias (2018), a pesquisa bibliográfica tem como objectivo proporcionar ao investigador um contacto directo com a totalidade das produções escritas acerca de um determinado tema, permitindo o seu aprofundamento e análise crítica. Trata-se, portanto, da etapa inicial de qualquer investigação científica.

O estudo de caso é apresentado por Martins e Théophilo (2007), como a investigação empírica caracterizada por analisar fenómenos no seu contexto real em que o investigador não exerce controlo sobre as variáveis ou os acontecimentos observados. O estudo de caso, nesse sentido, constitui um método que permite uma imersão profunda na realidade social, favorecendo uma compreensão mais ampla e detalhada dos fenómenos estudados.

Quanto a abordagem do estudo, utilizou-se a quantitativa. De acordo com Dias (2018), a pesquisa quantitativa utiliza a quantificação nas modalidades de colecta de dados e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas.



Em relação aos objectivos, esse estudo foi caracterizado como descritivo. Segundo Lakatos e Marconi (2016), este estudo procura medir, avaliar e recolher dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenómeno a ser desenvolvido.

Quanto aos métodos, utilizou-se o método de análise e síntese: este método ajudou na sintetização dos conteúdos que foram colhidos; Método indutivo: é um processo de raciocínio que parte de casos ou observações particulares para chegar a conclusões gerais, ou seja, observa-se algo específico e, a partir disso, formula-se uma regra ou princípio geral, sobretudo quando olha-se para a abordagem teórica sobre economia invisível e sustentabilidade familiar - a gestão financeira das empregadas domésticas; Método estatístico: este método auxiliou no processamento e no tratamento das informações obtidas através dos inquéritos por questionário aplicados à amostra seleccionada; Questionário: foi utilizado partindo de um modelo de questões entre os pesquisadores e as pesquisadas, no sentido de apurar o objecto em estudo.

Resultados e Discussão

Os dados obtidos foram organizados, distribuídos e apresentados em tabelas, feitos no programa Microsoft Excel em Windows 2017. A análise e discussão foram feitas nos dados descritos nas tabelas. Para o tratamento de dados foram calculadas as suas subunidades em percentagem segundo a regra dos três simples para significância estatística.

A população alvo deste artigo é composta por todas as empregadas domésticas angolanas. Contudo, devido à inexistência de dados oficiais actualizados que indiquem o número total dessas trabalhadoras no país, não foi possível determinar com precisão a dimensão da população. Deste modo, recorreu-se a uma amostra composta por 60 participantes, distribuídas por dez províncias de Angola: Namibe (5), Huíla (10), Cunene (5), Benguela (8), Bié (5), Huambo (7), Malange (5), Moxico Leste (5), Uíge (5) e Cuando (5). A selecção foi realizada com base na técnica de amostragem probabilística aleatória simples, de forma a assegurar a equidade na escolha das participantes. Por razões éticas e de confidencialidade, a identidade das colaboradoras foi preservada, garantindo o cumprimento dos princípios de anonimato e consentimento informado.

Tabela 1-Representação da amostra em relação aos dados sociodemográficos

Designação	Variáveis	Frequências	Percentagens
Faixa etária	< 20 anos	7	11,67%
	20 - 29 anos	13	21,67%
	30 - 39 anos	16	26,67%
	> 39 anos	24	40%
Total		60	100%
Estado civil	Solteira	15	25%
	Casada/União de facto	13	21,67%
	Divorciada/Separada	23	38,33%
	Viúva	9	15%
Total		60	100%
Nível académico	Sem escolaridade	0	0%
	Ensino Primário	37	61,67%
	Ensino Secundário	17	28,33%
	Ensino Médio	6	10%
	Ensino Superior	0	0%
Total		60	100%
Filhos sob tutela	Nenhum	7	11,67%
	1 a 2 filhos	15	25%
	3 a 4 filhos	17	28,33%
	5 ou mais filhos	21	35%
Total		60	100%
Tempo como empregada doméstica	< 1 ano	0	0%
	1 - 3 anos	7	11,67%
	4 - 6 anos	19	31,67%
	> 6 anos	34	56,67%
Total		60	100%
Salário	< 20.000,00	21	35%
	20.000,00 a 50.000,00	39	65%
	> 50.000,00	0	0%
Total		60	100%

Fonte: Elaboração Própria.

Os resultados da Tabela 1 revelam que a maioria das empregadas domésticas inquiridas encontra-se na faixa etária acima dos 39 anos (40%), seguida pelas que possuem entre 30 e 39 anos (26,67%). Este dado sugere que o trabalho doméstico tende a ser ocupado por mulheres em fases mais maduras da vida, o que pode estar associado à dificuldade de inserção em outros sectores formais do mercado de trabalho.

No que respeita ao estado civil, verificou-se uma predominância de mulheres divorciadas ou separadas (38,33%), seguidas das solteiras (25%). Essa configuração



familiar evidencia o papel central das empregadas domésticas como chefes de família e principais provedoras do lar - um fenómeno que reforça a feminização da responsabilidade económica e a centralidade do trabalho doméstico na sustentabilidade familiar.

Quanto ao nível académico, a maioria das participantes possui apenas o ensino primário (61,67%), e nenhuma declarou ter formação superior. Este cenário confirma o baixo nível de escolarização característico do sector doméstico informal, o que limita o acesso a empregos formais. Ainda assim, observa-se que parte das inquiridas completou o ensino secundário (28,33%), o que demonstra algum avanço educacional, ainda que insuficiente para a mobilidade social desejada.

No que se refere à composição familiar, a maioria das trabalhadoras tem três ou mais filhos sob tutela (63,33%), indicando uma sobrecarga de responsabilidades domésticas e financeiras. Tal realidade reforça a relevância de analisar a sustentabilidade familiar, o que impacta directamente na capacidade de poupança e planeamento económico.

Quanto ao tempo de exercício da profissão, destaca-se que (56,67%) das inquiridas trabalham há mais de seis anos como empregadas domésticas, o que revela um elevado grau de estabilidade ocupacional dentro da informalidade. Essa permanência prolongada pode ser interpretada tanto como expressão de resiliência quanto como sinal da falta de alternativas profissionais.

Por fim, a análise dos dados salariais mostram que todas as empregadas domésticas inquiridas recebem menos de 50.000,00 Kz por mês, sendo (65%) entre 20.000,00 e 50.000,00 Kz e (35%) abaixo dos 20.000,00 Kz. Estes valores revelam uma remuneração muito baixa face ao custo de vida urbano, reflectindo a desvalorização estrutural do trabalho doméstico e a consequente vulnerabilidade económica das trabalhadoras.

Tabela 2 - Questão número 1: Costuma planear o uso do seu dinheiro mensalmente?

Respostas	n	%
Sim, sempre	57	95
Às vezes	3	5
Raramente	0	0
Nunca	0	0

A leitura dos dados da Tabela 2 revela um quadro notavelmente positivo, (95%) das empregadas domésticas afirmaram planear o uso do seu dinheiro mensalmente, o que indica uma consciência financeira significativa, mesmo em contextos de baixos rendimentos. Essa atitude evidencia uma racionalidade económica intrínseca à vida quotidiana das mulheres inseridas na economia informal, que, segundo Chen (2022), desenvolvem estratégias de gestão minuciosas como forma de garantir estabilidade face à imprevisibilidade do rendimento. Assim, o planeamento financeiro emerge como um ato de resistência e de autocontrolo, em que cada decisão sobre o dinheiro traduz uma tentativa de ordenar o incerto e sustentar o essencial.

Em investigações conduzidas em outros contextos africanos, como as de Mbatha (2020) na África do Sul e de Aina (2021), na Nigéria, observou-se que mulheres em ocupações informais apresentam práticas semelhantes de disciplina financeira, moldadas não pela abundância, mas pela escassez. O planeamento, nesses casos, não é apenas uma competência económica, mas também uma forma de sobrevivência culturalmente aprendida e transmitida entre gerações. O mesmo parece ocorrer em Angola, o ato de fazer render o pouco é uma expressão de sabedoria prática e de racionalidade empírica, que se constrói no seio das famílias e comunidades femininas.

Ao considerar que apenas (5%) das inquiridas afirmaram planear “às vezes” e nenhuma declarou “raramente” ou “nunca”, percebe-se que a educação financeira formal é substituída por uma pedagogia da experiência, nascida da necessidade. Federici (2020), lembra que o trabalho doméstico e o cuidado são também espaços de produção de conhecimento, onde as mulheres aprendem a gerir o tempo, o afecto e os recursos com rigor invisível. Dessa forma, o planeamento financeiro das empregadas domésticas angolanas não é apenas um instrumento económico, mas um gesto de dignidade e autonomia, revelando que a sustentabilidade familiar, ainda que precária, é construída através de um profundo sentido de responsabilidade e de esperança activa.

Tabela 3 - Questão número 2: Tem algum tipo de poupança ou participa em grupos de ajuda mútua (Kixikila, associação, etc.)?

Respostas	n	%
Sim, regularmente	26	43,33
Sim, mas de forma irregular	29	48,33
Não	5	8,33



Os dados da Tabela 3 evidenciam que a maioria das empregadas domésticas mantém alguma forma de poupança, ainda que de maneira irregular, (48,33%) afirmaram poupar ocasionalmente, enquanto (43,33%) o fazem de modo regular. Apenas (8,33%) declararam não possuir qualquer prática de poupança. Esta tendência demonstra que, mesmo em contextos de rendimentos extremamente baixos, as trabalhadoras domésticas mobilizam estratégias financeiras adaptativas, baseadas em saberes colectivos e experiências acumuladas. Segundo Chen (2022), essa capacidade de organizar recursos escassos é uma marca estrutural das mulheres que atuam na economia informal, cuja racionalidade económica nasce do imperativo da sobrevivência e da necessidade de criar estabilidade onde o mercado formal não a oferece.

A prática de poupança, formal ou informal, é também uma expressão de solidariedade comunitária. O recurso a sistemas tradicionais como a kixikila (ou kixinha) revela a força das redes de confiança e interajuda que sustentam a vida quotidiana nas cidades angolanas. Estudos realizados por Silva (2023), em Luanda e por Moyo (2020), no Zimbabué mostram que essas associações de poupança funcionam como autênticos bancos sociais, onde o crédito é substituído pela confiança e o capital é partilhado com base em vínculos afectivos. Assim, poupar não é apenas guardar dinheiro, é participar de uma economia moral, onde a reciprocidade se torna instrumento de protecção e de esperança colectiva.

A reduzida percentagem das trabalhadoras que não poupam (8,33%) pode ser interpretada menos como falta de disciplina financeira e mais como resultado da insuficiência do rendimento. Federici (2020), recorda que, nos contextos de informalidade feminina, o dinheiro raramente circula como excedente, ele entra e sai com a urgência das necessidades. Ainda assim, a expressiva adesão à poupança, mesmo que irregular, reflecte uma cultura de resistência económica e de gestão criativa, na qual cada moeda guardada simboliza não apenas um cálculo racional, mas também um ato de fé na continuidade da vida.

Tabela 4 - Questão número 3: Quando o rendimento não é suficiente, o que costuma fazer?

Respostas	n	%
Reduzo despesas	0	0
Peço ajuda a familiares ou amigos	22	36,67
Faço trabalhos extras	24	40

Peço adiantamento / empréstimo	14	23,33
--------------------------------	----	-------

Os resultados da Tabela 4 revelam a dinâmica de resiliência e criatividade económica que caracteriza o quotidiano das empregadas domésticas angolanas. Diante da insuficiência do rendimento mensal, (40%) das inquiridas afirmaram recorrer a trabalhos extras, enquanto (36,67%) dependem do apoio de familiares ou amigos, e (23,33%) recorrem a adiantamentos ou empréstimos. Nenhuma das participantes indicou a redução de despesas como solução, o que demonstra que o orçamento doméstico já se encontra no limite da sobrevivência, sem margem para cortes adicionais. Tal constatação confirma o que Portes e Haller (2023), descrevem como a racionalidade da necessidade, em que as decisões económicas são determinadas menos pela escolha e mais pela urgência das condições materiais.

A forte presença de estratégias baseadas em redes de solidariedade, sejam elas familiares, comunitárias ou laborais, evidencia a importância do capital social na sustentação das economias informais. De acordo com Chen (2022), o capital social funciona como uma forma de riqueza relacional, na qual a confiança e a reciprocidade substituem os mecanismos formais de crédito e protecção social. No caso angolano, essa rede de interdependência torna-se essencial num cenário em que a informalidade domina as relações de trabalho e o Estado oferece limitada cobertura de segurança económica. Como observa Silva (2023), é nessa teia de apoios mútuos que as mulheres recriam diariamente a possibilidade de manter suas famílias em equilíbrio.

A prática de realizar trabalhos extras revela ainda um traço marcante da pluriactividade feminina urbana. Essas mulheres não apenas trabalham em casas alheias, mas também vendem produtos, cuidam de crianças ou prestam pequenos serviços, formas de complementar o rendimento e preservar a autonomia. Federici (2020), interpreta essa multiplicidade de tarefas como expressão de uma economia invisível sustentada pela força reprodutiva das mulheres, que, mesmo em condições adversas, produzem valor social e económico fora das métricas do mercado formal. Assim, a gestão do insuficiente torna-se, paradoxalmente, um exercício de potência e de invenção quotidiana, onde o trabalho se converte em sobrevivência e dignidade.

Tabela 5 - Questão número 4: Quem é o principal responsável pelas despesas da sua casa?



Respostas	n	%
Eu mesma	39	65
Eu e o meu companheiro	13	21,67
Outro familiar	0	0
Todos contribuem	8	13,33

Os dados da Tabela 5 revelam um elemento central da estrutura socioeconómica das famílias angolanas chefiadas por mulheres (65%) das empregadas domésticas declararam ser as principais responsáveis pelas despesas da casa, enquanto (21,67%) partilham essa responsabilidade com o companheiro e (13,33%) afirmam que todos contribuem. Nenhuma participante indicou depender integralmente de outro familiar, o que indica um padrão consolidado de auto-suficiência feminina e reafirma o papel da mulher como pilar económico do lar. Esta realidade alinha-se com o que Sardenberg (2021), descreve como o protagonismo silencioso das mulheres trabalhadoras, cuja força laboral invisível sustenta não apenas as famílias, mas a própria economia urbana.

A predominância de mulheres provedoras em contextos de baixa renda é um fenómeno amplamente identificado em estudos africanos e latino-americanos. Chen (2022) observa que, nos sectores informais, a mulher é frequentemente simultaneamente produtora e mantenedora, combinando múltiplas funções, laboral, materna e comunitária, sem a contrapartida de reconhecimento social. Em Angola, conforme Silva (2023), esta sobreposição de papéis traduz-se numa dupla carga de trabalho, o emprego doméstico remunerado e a gestão da casa própria, ambos realizados sob condições precárias e com poucos recursos. Assim, a empregada doméstica torna-se o eixo invisível da sustentabilidade familiar, equilibrando as dimensões económica e afectiva da sobrevivência.

O facto de uma minoria afirmar que “todos contribuem” (13,33%) sugere um movimento discreto de partilha económica no seio familiar, ainda que restrito. Essa cooperação, embora reduzida, reflecte o surgimento de novas formas de solidariedade interna e reorganização dos papéis domésticos, fenómeno já identificado por Moyo (2020), como indício de transformação social nos lares urbanos africanos. No entanto, o predomínio do sustento feminino continua a evidenciar a feminização da responsabilidade económica, um processo que, embora nasça da desigualdade estrutural, também manifesta

a autonomia, a resiliência e a agência das mulheres angolanas diante de contextos económicos adversos.

Tabela 6 - Questão número 5: Considera que o seu trabalho garante a sustentabilidade económica da sua família?

Respostas	n	%
Sim, totalmente	0	0
Parcialmente	20	33,33
Pouco	23	38,33
Não	17	28,33

A leitura da Tabela 6 revela um sentimento colectivo de insuficiência económica entre as empregadas domésticas angolanas: nenhuma delas considera que o seu trabalho garanta totalmente a sustentabilidade da família. Apenas (33,33%) percebem uma contribuição parcial, enquanto (38,33%) reconhecem que o impacto é reduzido, e (28,33%) afirmam que o rendimento não assegura a estabilidade económica do lar. Este panorama reflecte a profunda disjunção entre esforço e reconhecimento que caracteriza o trabalho doméstico, onde o valor social do serviço prestado não encontra correspondência no retorno financeiro. Como observa Federici (2020), o trabalho reprodutivo e doméstico é historicamente desvalorizado, mesmo sendo indispensável à manutenção da vida e ao funcionamento das economias urbanas.

Este sentimento de insuficiência é também uma expressão do que Portes e Haller, (2023), chamam de privação de capacidades, a impossibilidade de transformar o trabalho em liberdade real para escolher e viver com dignidade. As empregadas domésticas angolanas, embora exerçam um papel central na economia familiar, continuam limitadas por salários baixos, instabilidade contratual e ausência de protecção social. Estudos realizados por Chen (2022), e pela OIT (2021), reforçam que essa realidade é comum a grande parte das mulheres inseridas na economia informal africana, cuja renda raramente ultrapassa o limiar de subsistência. Assim, o que o dado expressa não é falta de empenho, mas o reflexo de um sistema económico que as mantém à margem da segurança e da autonomia financeira.

Por outro lado, o reconhecimento parcial de contribuição (33,33%) pode ser lido como um sinal de resistência e agência feminina. Mesmo em condições adversas, essas mulheres percebem o seu trabalho como essencial para a sobrevivência do lar, sustentando



o quotidiano com o que dispõem. Como destaca Silva (2023), a sustentabilidade familiar nas periferias urbanas angolanas não se mede apenas em números, mas na capacidade das mulheres de transformar o pouco em suficiente. Assim, o parcialmente das respostas não significa derrota, é, antes, um testemunho da luta silenciosa pela dignidade, da esperança que persiste e do compromisso inabalável com a vida.

Tabela 7 - Questão número 6: Acredita que o seu trabalho é valorizado pela sociedade?

Respostas	n	%
Sim	0	0
Parcialmente	23	38,33
Não	37	61,67

Os resultados da Tabela 7 revelam uma percepção de invisibilidade social profundamente enraizada entre as empregadas domésticas angolanas (61,67%) afirmam que o seu trabalho não é valorizado pela sociedade, enquanto (38,33%) reconhecem uma valorização apenas parcial. Nenhuma participante declarou sentir-se plenamente reconhecida. Esta ausência total de validação social traduz o paradoxo do trabalho doméstico, trata-se de uma ocupação essencial para a reprodução da vida urbana, mas que permanece social e simbolicamente marginalizada. Federici (2020), argumenta que essa desvalorização é resultado histórico da divisão sexual do trabalho, que relegou as tarefas de cuidado e manutenção ao domínio do não produtivo, ocultando sua contribuição real para a economia e para o bem-estar colectivo.

Em contextos como o angolano, essa invisibilidade adquire contornos específicos. Segundo Silva (2023), a herança colonial e patriarcal ainda estrutura a forma como o trabalho doméstico é percebido, associado à subalternidade, à falta de instrução e à feminização da pobreza. Tal percepção reforça estigmas e impede o reconhecimento das empregadas domésticas como agentes económicas e sociais, capazes de produzir valor e sustentar famílias inteiras. Esse fenómeno não é exclusivo de Angola, estudos realizados por Mbatha (2020), na África do Sul e por Aina (2021), na Nigéria mostram que o trabalho doméstico, embora central para a vida urbana, continua a ser culturalmente visto como trabalho menor, invisível nas estatísticas e no imaginário social.

Apesar desse quadro, o reconhecimento parcial assinalado por (38,33%) das participantes indica uma lenta transformação na percepção social, possivelmente associada

ao crescimento de debates sobre género, direitos laborais e dignificação do trabalho doméstico. Chen (2022), observa que, nos últimos anos, a visibilidade das trabalhadoras informais tem aumentado, fruto da mobilização de organizações femininas e sindicais que lutam por formalização, salário justo e reconhecimento legal. Assim, ainda que o sentimento predominante seja de desvalorização, emerge, de forma discreta, uma consciência colectiva de merecimento e dignidade, que começa a inscrever o trabalho doméstico no espaço público como um ato de cuidado, de produção e de resistência.

Tabela 8 - Questão número 7: Quais são as principais dificuldades que enfrenta na gestão do seu rendimento? (Marcar mais de uma opção)

Respostas	n	%
Baixo salário	60	100
Falta de estabilidade no emprego	59	98,33
Despesas familiares elevadas	60	100
Falta de acesso a poupança	49	81,67

Os resultados da Tabela 8 revelam um quadro de precariedade estrutural que condiciona profundamente a capacidade de gestão financeira das empregadas domésticas angolanas. Todas as participantes (100%) identificaram o baixo salário e as despesas familiares elevadas como os principais entraves à organização do rendimento, enquanto (98,33%) apontaram a falta de estabilidade no emprego e (81,67%) a ausência de acesso a mecanismos formais de poupança. Esses dados reflectem não apenas limitações individuais, mas sobretudo um sistema económico excludente, no qual o trabalho feminino informal permanece desprotegido e sub-remunerado. Como observa Chen (2022), a vulnerabilidade financeira das mulheres no sector informal não decorre da ausência de esforço, mas da inexistência de condições estruturais que lhes permitam transformar o trabalho em autonomia económica.

A combinação entre salários insuficientes e despesas elevadas evidencia uma contradição típica das economias urbanas africanas contemporâneas, o custo de vida aumenta mais rapidamente do que as oportunidades de rendimento. Segundo a OIT (2021), essa discrepância reforça ciclos de pobreza e informalidade, obrigando muitas trabalhadoras a viver em permanente instabilidade financeira. Em Angola, conforme Silva (2023), o peso das despesas familiares recai quase inteiramente sobre as mulheres, que sustentam os lares sem segurança contratual e com reduzido acesso a crédito ou serviços bancários. Tal realidade transforma a gestão do rendimento num exercício constante de



improviso e resiliência, onde cada decisão financeira é marcada pela urgência e pela esperança.

A limitação do acesso a poupança e instrumentos financeiros formais (81,67%) reforça o carácter excludente do sistema económico formal. Portes e Haller (2023), já afirmavam que a economia informal emerge precisamente para suprir as falhas das instituições formais, uma lógica que se mantém viva no contexto angolano. Para as empregadas domésticas, poupar não é um ato simples de disciplina económica, mas um gesto de resistência simbólica frente à incerteza. Assim, a gestão do rendimento entre essas mulheres é, simultaneamente, um espaço de precariedade e de criação, onde o pouco se transforma em sustento e o invisível em força social.

Tabela 9 - Questão número 8: Qual é a sua principal aspiração para o futuro?

Respostas	n	%
Abrir um pequeno negócio	12	20
Garantir a educação dos filhos	39	65
Ter casa própria	7	11,67
Melhorar as condições de trabalho	2	3,33

Os dados da Tabela 9 expressam de forma comovente a dimensão humana e projectiva da vida das empregadas domésticas angolanas. A maioria (65%) afirma que a sua principal aspiração é garantir a educação dos filhos, seguida por (20%) que desejam abrir um pequeno negócio, (11,67%) que almejam ter casa própria, e apenas (3,33%) que pretendem melhorar as condições de trabalho. Esses resultados revelam que, mesmo diante de uma realidade marcada pela precariedade, o horizonte das suas esperanças não é individualista nem imediatista, ele está orientado para o futuro colectivo e intergeracional. Conforme Chen (2022), o desenvolvimento humano começa quando as pessoas vislumbram a possibilidade de expandir as capacidades das próximas gerações, e é precisamente esse impulso que move as mulheres aqui retratadas.

A prioridade atribuída à educação dos filhos confirma o papel das empregadas domésticas como agentes de reprodução social e de mobilidade simbólica. Segundo Silva (2023), para muitas mulheres angolanas, investir na escolarização dos filhos é a forma mais concreta de romper o ciclo de pobreza e invisibilidade que as atinge. Essa visão ecoa o que Federici (2020), denomina de economia do cuidado ampliado, na qual o trabalho e o sacrifício femininos visam não apenas a sobrevivência material, mas também a

continuidade afectiva e o futuro dos que virão. O ato de priorizar a educação, portanto, transcende a racionalidade económica, é um gesto de esperança e de resistência, uma forma de projectar dignidade num contexto de incerteza.

Já o desejo de abrir um pequeno negócio (20%) e ter casa própria (11,67%) reflecte a busca por autonomia económica e estabilidade material, valores que emergem do quotidiano de quem há muito vive sob instabilidade e dependência. Estudos realizados por Chen (2022) e Moyo (2020), em outros contextos africanos apontam que o empreendedorismo feminino informal é frequentemente uma extensão natural do trabalho doméstico, um prolongamento do cuidado e da autogestão, mas agora transformado em fonte de rendimento e reconhecimento social. Nesse sentido, as aspirações aqui observadas não se limitam a sonhos, são projectos de libertação silenciosa, enraizados na esperança activa de mulheres que, mesmo em condições de vulnerabilidade, continuam a construir o futuro com as próprias mãos.

Conclusões

O estudo revelou que as empregadas domésticas angolanas exercem uma gestão financeira consciente e adaptada às suas condições socioeconómicas, mesmo enfrentando baixos salários e instabilidade laboral. As duas hipóteses foram validadas, a primeira, sobre a existência de práticas financeiras ajustadas à realidade económica, e a segunda, referente à contribuição parcial dessa gestão para a sustentabilidade familiar.

Os resultados mostraram que a maioria planeia o uso do dinheiro, poupa sempre que possível e assume o papel de principal provedora do lar, garantindo, sobretudo, a educação dos filhos como forma de romper o ciclo de vulnerabilidade. Assim, a economia doméstica, ainda que invisível, constitui um pilar silencioso da sustentabilidade social urbana, onde o trabalho feminino é simultaneamente ato de resistência e de esperança.

Conclui-se, portanto, que a economia invisível das empregadas domésticas é um espaço de força, racionalidade e dignidade, cujo reconhecimento é essencial para repensar políticas públicas e promover uma economia mais humana e inclusiva em Angola.



Recomendações

Para o Governo, recomenda-se, em primeiro lugar, a criação e implementação de políticas públicas específicas que reconheçam formalmente o trabalho doméstico, assegurando salário justo, protecção social e acesso à segurança laboral. Em segundo lugar, é fundamental promover programas de educação financeira e inclusão bancária, voltados às mulheres do sector informal, de modo a ampliar o acesso ao crédito e incentivar a formação de poupança.

Às empregadas domésticas, recomenda-se a continuidade e fortalecimento das práticas de planeamento financeiro colectivo, como grupos de ajuda mútua (Kixikila) e associações comunitárias, que demonstraram ser espaços eficazes de apoio e estabilidade. Além disso, incentiva-se a participação em formações sobre gestão de rendimento e empreendedorismo, valorizando o conhecimento prático já existente e ampliando oportunidades de autonomia económica.

Para futuras pesquisas, sugere-se o aprofundamento da análise das redes de solidariedade feminina e do seu impacto na sustentabilidade familiar, bem como a exploração comparativa entre o trabalho doméstico urbano e rural, de modo a compreender as especificidades regionais e propor estratégias de inclusão mais eficazes.

Referências Bibliográficas

- Aina, T. (2021). Trabalho doméstico e sobrevivência urbana: Perspectivas femininas na Nigéria. Lagos: Editora da Universidade de Lagos.
- Anderson, B. (2021). A casa como local de produção: Reflexões sobre o trabalho doméstico e a economia invisível. *Revista de Estudos de Género*, 30(1), 30–42.
- Banco Nacional de Angola. (2024). Relatório sobre a inclusão financeira em Angola. Luanda: Banco Nacional de Angola.
- Chen, M. (2022). A economia informal e o trabalho invisível das mulheres: Desafios e oportunidades no Sul Global. *Organização Mulheres no Emprego Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO)*.
- De Soto, H. (1989). *O outro caminho: A revolução invisível no Terceiro Mundo*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Dias, M. (2018). *Metodologia científica: Fundamentos e práticas aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Federici, S. (2020). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante.
- Fraser, N. (2016). Contradições do capital e do cuidado: O capitalismo em tempos de crise social. *Nova Revista de Esquerda*, 100, 99–117.
- Hart, K. (1973). Trabalho informal no Gana: O problema e a resposta. *Revista de Estudos Africanos Modernos*, 11(1), 61–89.
- Hooks, b. (2019). *O feminismo é para todo o mundo*. São Paulo: Rosa dos Tempos.

- Instituto Nacional de Estatística. (2023). Relatório sobre a literacia financeira e o uso do tempo em Angola. Luanda: INE.
- Organização Internacional do Trabalho. (2024). Perspectivas mundiais do emprego e sociais 2024: O papel do trabalho doméstico na economia informal. Genebra: OIT.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2016). Fundamentos de metodologia científica (8.^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2022). Literacia financeira e bem-estar familiar: Lições globais. *Revista de Perspetivas Económicas*, 36(2), 22–38.
- Mahon, R. (2024). A economia do cuidado como projeto feminista na América Latina e no Caribe. *Revista Global de Política Social*, 21(1), 27–39.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2007). Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas.
- Morin, E. (2020). A via: Para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Moyo, T. (2020). Redes de solidariedade e poupança feminina em contextos urbanos africanos: Estudo de caso no Zimbabué. *Revista Africana de Desenvolvimento Social*, 5(3), 101–118.
- Portes, A., & Haller, W. (2023). A economia informal: Estruturas, significados e políticas. *Revista Sociológica*, 71(4), 510–533.
- Sachs, I. (2015). Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sardenberg, C. (2021). Mulheres e trabalho: Autonomia e desigualdade nas economias invisíveis. Salvador: EDUFBA.
- Silva, L. (2023). Mulheres, informalidade e sustentabilidade familiar em Angola. Luanda: Editora da Universidade Agostinho Neto.
- Tronto, J. (2017). Um mundo vulnerável: Ensaio sobre o cuidado e a responsabilidade. São Paulo: Paulus.
- Tvedten, I. (2019). A pobreza e a vida urbana em Angola: Narrativas de sobrevivência. Bergen: Instituto Chr. Michelsen.
- Tvedten, I., & Lázaro, M. (2018). Trabalho doméstico e desigualdade social em Angola. *Série de Documentos de Trabalho do CMI*, 3(18), 1–25.
- Warin, P., Diniz, G., & Fernández, M. (2024). A economia do cuidado e as desigualdades estruturais no Sul Global. *Revista de Estudos do Desenvolvimento*, 12(2), 45–62.

